



Mãe, mulher... professora! questões de gênero e trabalho docente na agenda educacional contemporânea

Jarbas Dametto* e Rosimar Serena Siqueira Esquinsani

Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo. BR-285, 99052-900, São José, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: jarbas@upf.br

RESUMO. O estudo parte de uma pesquisa empírica amparada em uma breve revisão bibliográfica, que faz o cotejo entre a materialidade do trabalho docente, questões de gênero e a agenda educacional, assumindo a mídia como produtora de representações. Foram examinadas 38 reportagens veiculadas em dois semanários de circulação nacional, entre os anos de 2001 e 2011. A análise dos dados permite duas conclusões: a) a mulher professora ainda é descrita por caricaturas e estereótipos, vinculada ao sacerdócio, à vocação e à maternidade, e b) a falta de condições objetivas para a docência é representada e potencializada pela condição feminina.

Palavras-chave: docência, feminilidade, mídia.

Mother, woman ... teacher! gender issues and teaching in contemporary education agenda

ABSTRACT. Current study is an empirical research based on a brief literature review which compares the materiality of teaching, gender issues and education agenda, by taking into account the media as producer of representations. Thirty-eight articles published in two weekly newspapers of national circulation, between the years 2001 and 2011, were investigated. Data analysis provides two conclusions: a) the female teacher is still described by caricatures and stereotypes linked to the priesthood, vocation and motherhood; b) the lack of objective conditions for teaching is represented and enhanced by the feminine conditions.

Keywords: teaching, femininity, media.

Introdução

A página dedicada a Sinopses Estatísticas da Educação Básica, no portal do INEP (<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>), aponta que, em 2014, havia, no Brasil, um total de 436.873 professores do sexo masculino e 1.753.870 professoras do sexo feminino. Para o campo das políticas educacionais, podemos afirmar que $\frac{3}{4}$ dos professores brasileiros são mulheres. Já para o campo dos estudos de gênero, importa sublinhar a atuação maciça de mulheres na docência da educação básica.

Assim, o estudo em tela consubstancia-se como uma pesquisa empírica amparada em uma revisão bibliográfica mínima, que pretende fazer o cotejo entre a materialidade do trabalho docente com questões de gênero, inferindo aspectos da organização da agenda contemporânea para a área da educação, por meio da inserção da mídia de grande circulação como produtora de representações sobre a docência e a mulher professora.

Ao vincularmos nosso estudo às discussões de gênero, estamos partindo da concepção de que

Os Estudos de Gênero podem ser entendidos como um corpus de saberes científicos que têm por objetivo proporcionar características e metodologias para análise das representações e condições de existência de homens e mulheres em sociedades passadas e futuras (YANNOULAS; VALLEJOS; LENARDUZZI, 2000, p. 426).

Importa, pois, mencionar que a pesquisa em foco faz parte de um contexto amplo, com o objetivo de levantar possíveis elementos que emprestem relevância – a partir das pautas da mídia –, para a composição da atual agenda educacional, sendo que o texto apresentado consubstancia-se como parte integrante de um esforço maior de pesquisa, que busca levantar possíveis indicadores para a discussão da qualidade em redes e sistemas públicos de ensino.

Problematizando o tema

Em geral, as expectativas coletivas acerca da docência giram em torno de uma tênue linha que separa o profissionalismo da vocação. Temos relativa dificuldade histórica em definir se somos vocacionados e subsidiariamente profissionais; ou se

somos profissionais e subsidiariamente vocacionados. Saber técnico e habilidades pessoais se embrenham na complexa experiência docente.

Esta lógica é alimentada por um ascendente, histórico e palpável processo de desvalorização do magistério e do trabalho docente, sentido simbolicamente nas representações da docência e concretamente pela média de remuneração ofertada para professores. Para explicar tal desvalorização, há uma recorrência ao processo de ‘feminização’ do magistério.

Pode-se localizar, na expansão massiva da escolarização, a causa primeira para o ingresso predominante de mulheres no magistério. É no reinado de D. João VI que se inicia, aqui no Brasil, o controle progressivo, a institucionalização e normatização da educação formal (VILLELA, 2000).

Este processo consolidou-se no momento histórico seguinte, pois

Proclamada a Independência, parecia haver, ao menos como discurso oficial, a necessidade de construir uma imagem do país que afastasse seu caráter marcadamente colonial, atrasado, inculto e primitivo. É bem verdade que os mesmos homens e grupos sociais continuavam garantindo suas posições estratégicas nos jogos de poder da sociedade. No entanto, talvez fossem agora necessários outros dispositivos e técnicas que apresentassem as práticas sociais transformadas, ainda que muitas transformações fossem apenas aparentes (LOURO, 2007, p. 443).

A mulher ingressando, aos poucos, no magistério, seria selecionada ou recrutada para a tarefa da docência por qualquer outra razão ou característica que implicava o recrutamento de “[...] senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimento se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e o de bordar” (LOURO, 2007, p. 457).

Na fronteira do século XX, teremos a assunção de uma escola pública que evocará a presença da mão de obra feminina, pois para a expansão do processo de escolarização entre as classes populares, “[...] era preciso de um corpo estável de profissionais que não buscasse no salário o motivo de seu ofício” (CHAMON, 2005, p. 80).

Assim, apesar dos discursos recorrentes sobre a maternidade e o ‘dom’ feminino natural para cuidar e educar crianças, o encorajamento da massiva presença feminina no magistério não traz em si uma ideia de desapego ao financeiro, de trabalho voluntário motivado pela dignidade do ofício, mas, sim, pela urgência de uma expansão que precisava ocorrer de forma rápida e barata.

Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia — procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras a serem ignorantes, mas se podia dizer que o saber não era tudo nem o principal. Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido às mulheres (CATANI, et.al. 1997, p. 28-29).

Para que a expansão escolar às custas da mão de obra feminina fosse palatável, houve um investimento em representações acerca da mulher e do magistério que conduziram a interpretações que persistem há muito tempo, como a ideia do magistério enquanto missão ou sacerdócio, além de ser uma vocação feminina natural.

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, ‘a extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha ‘espiritual’. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la (LOURO, 2007, p. 450, grifos do autor).

Tal imaginário se vê ampliado, principalmente diante do trabalho docente com a criança, em especial a criança pequena, dado que aos olhos pouco atentos, ou intencionalmente displicentes, esta prática educacional institucionalizada assemelha-se com o exercício do cuidado doméstico:

A ambiguidade entre o doméstico e o científico chega até os dias de hoje em que, no cotidiano da educação infantil, predomina a utilização de termos como ‘professorinha’ ou ‘tia’, que configuram uma caracterização pouco definida da profissional, oscilando entre o papel doméstico de mulher/mãe e o trabalho de educar. Assim, essa mulher/mãe não chega a ser professora devido a proximidade extrema que seu trabalho possui com o doméstico e o privado [...] (ARCE, 2001, p. 173-174).

O ‘dom natural’ da maternidade, sob um rápido ajuste, daria origem a qualidades docentes adequadas; assim, por ser boa mãe, boa professora, ou naturalmente professora, ela seria. O amor e a doação que se espera de uma mãe-professora seriam articulados “[...] à tradição religiosa da atividade docente, reforçando a ideia de que a docência deve ser percebida mais como sacerdócio do que como uma profissão” (LOURO, 2007, p. 450). E por esta conexão, nem o sacerdócio, tampouco a missão maternal, precisariam ser remunerados isonomicamente em relação a outras atividades

laborais consideradas pelo senso comum como profissionais e técnicas, pois estas não envolvem sentimentos ‘tão nobres’ – quem sabe ‘impagáveis’ –, quanto o da maternidade.

A mulher era considerada como detentora de vasta experiência no âmbito doméstico, com amplas habilidades desenvolvidas por meio da econômica organização orçamentária de seus lares, por meio da higienização e ordenação dos espaços e dos tempos e da disciplinarização das crianças. As mulheres eram vistas, ainda, como mais ‘dóceis’ que os homens. Por possuírem todas essas características e habilidades, as mulheres seriam as profissionais ideais para a construção dessa nova cultura escolar. Embora essas habilidades tenham sido silenciadas – em nome do discurso repetitivo e estereotipado das relações entre a mulher e a sua afinidade no trato com as crianças, entre a sua ‘vocação natural’ e a sua superioridade afetiva –, o capitalismo precisava do trabalho feminino por motivos arditamente negados (CHAMON, 2005, p. 152, grifos do autor).

De modo semelhante, como aponta Vianna (2002), a estratificação de gênero também ocorre dentro do âmbito estrito da docência. A profissão é predominantemente exercida por mulheres junto às parcelas do mercado com déficit de remuneração, notadamente educação infantil e séries iniciais.

Zibetti e Pereira (2010) alertam sobre o paradoxo quando ponderam que a condição feminina, contrariando o ideário socialmente predominante, ao invés de agir como um elemento facilitador da prática docente cotidiana, acaba por gerar uma inevitável sobrecarga laboral, decorrente da jornada de trabalho formal que se soma ao trabalho doméstico, culturalmente atribuído à mulher.

Esta sobrecarga evidencia aspectos culturais que se mantêm nas relações familiares, os quais levam as mulheres a assumirem as mesmas demandas que lhes eram atribuídas antes de ingressarem no mercado de trabalho. Mas também é consequência dos baixos salários recebidos pela categoria, pois enquanto outros/as profissionais mais bem remunerados/as encontram tempo livre para a família e o lazer por meio da contratação de mão de obra doméstica, as professoras não têm condições de fazer o mesmo (ZIBETTI; PEREIRA, 2010, p. 270).

Ainda que possamos ter alterações em relação ao quadro de dupla jornada de trabalho imposto às mulheres,

[...] a imagem da mulher como ‘cuidadora’, responsável pelo bem estar dos filhos e do marido em relação à limpeza e arrumação da casa, alimentação e saúde, permanece no imaginário de todos, inclusive das próprias mulheres. (ZIBETTI; PEREIRA, 2010, p. 270, grifos do autor).

O processo de desvalorização docente e da perda progressiva de expectativas positivas em relação à profissão tem, por conseguinte, o espectro de crueldade, que associa a opressão de gênero derivada das sociedades patriarcais à lógica capitalista, uma vez que

O ingresso maciço das mulheres na profissão contribuiu para que os homens abandonassem a carreira em busca de profissões mais vantajosas, não é o único fator da proletarização da docência. A explicação para o processo de desvalorização do magistério possivelmente transcenda a questão meramente sexual, podendo ser explicado também pelo fato de que o magistério passava, cada vez mais, a ser uma profissão que atendia à população de baixa renda, desvalorizada, portanto, na ótica capitalista (VILLELA, 2000, p. 120).

Esta explicação, assentada em bases econômicas, ilustra o paradoxo instaurado na sociedade, que tende a certo reconhecimento pelo nosso trabalho, mas não cerra fileiras com nossos posicionamentos – sobretudo, quando os mesmos implicam aspectos financeiros –, pois

[...] nossa sociedade é hipócrita e ambivalente quando aplica a nós, professores, o velho discurso da abnegação e do valor espiritual e formativo de nosso trabalho, quando na verdade deprecia tudo o que não tenha valor material (ESTEVE, 1999, p. 19).

Esta hipocrisia revela sua face de forma especial quando tabulamos discussões sobre a condição feminina na docência, com escopo material e objetivo, sobretudo em relação à suposta função da mulher...

O esquema binário que situa o masculino e o feminino como categorias excludentes estende-se para definições do que é ser homem e do que é ser mulher, professor e professora em nossa sociedade [...]. O cuidado, por exemplo, é visto como uma característica essencialmente feminina – para alguns uma responsabilidade natural, para outros, fruto da socialização das mulheres. Muitas atividades profissionais associadas ao cuidado são consideradas femininas, como a enfermagem, o tomar conta de crianças pequenas, a educação infantil, etc. O ato de cuidar, fundamental na relação com a criança, deve ser entendido como uma atividade que envolve compromisso moral (VIANNA, 2002, p. 93).

Assim, desnaturalizar o discurso instituído e relativamente consensual acerca da docência feminina permite colaborar para uma revogação da

[...] compreensão distorcida da tarefa profissional da professora, de outro, desocultar a sombra ideológica repousando manhosamente na intimidade da falsa identificação (FREIRE, 2003, p. 11).

Desde que os seres humanos nascem, a masculinidade e a feminilidade são marcas que identificam cada sexo e são impostas à psique da criança. Toda a vasta gama de elementos que constituem a nossa cultura atuam no desenvolvimento da consciência social de meninas e de meninos. Tanto para homens, quanto para as mulheres, modos de ser e de estar no mundo são, portanto, construções históricas e culturais (CATANI, et.al. 1997, p. 39).

De modo inquietante, a dignidade impagável do trabalho docente, permeado de supostos 'atributos femininos' sublimes, colide frontalmente com o desdém decorrente da precária valorização financeira, fazendo com que a docência transite titubeante entre a nobreza e a vergonha, entre o honrado e o vexatório.

Elementos empíricos

Foram examinadas 38 reportagens veiculadas nos dois principais semanários de circulação nacional: Revista *Isto É*, Editora Três, e Revista *Veja*, Editora Abril, entre os anos de 2001 e 2011. Para a análise do material empírico, foram selecionadas apenas reportagens que faziam menção explícita às condições de trabalho docente, sendo que, para a sistematização dos achados da pesquisa, foi elaborada uma categorização de conteúdos, considerando a repetição de discursos em relação a questões de gênero. Ainda para a produção de uma síntese acerca do assunto, elaborou-se inicialmente um levantamento de exterioridades sobre as reportagens para, em um segundo momento, nos dedicarmos ao exame do seu conteúdo.

No que tange às exterioridades, é possível perceber que a docência é, eminentemente, um substantivo feminino. Há 53 referências à atividade laboral da docência, sendo 47 delas referidas a mulheres: a professora. Percebe-se quantitativamente que o substantivo professora é de uso mais frequente que o substantivo professor. Nem mesmo quando se opta pelo uso do substantivo 'docente', não se está fazendo referência ao gênero masculino, pois das 9 vezes em que aparece o termo 'docente', em 7 destas vem precedido pelo artigo 'a'.

Por ser eminentemente feminina, a docência também é revestida de termos ligados pelo senso comum ao universo feminino, como 'professora sensível', 'abraço festivo', 'afetividade', 'carinho' etc. Há toda uma série de termos que remetem à abnegação e à afetividade, com reforço especial quando relacionados a mulheres que superam barreiras para atuarem como docentes, ou mulheres que descobrem o desejo de serem professoras.

Ainda é possível perceber outro traço externo comum nas reportagens analisadas nesta primeira década do século XXI: em geral, as professoras são entrevistadas para dar exemplos cotidianos, do dia a dia, ou para emitir apreciação sobre a vocação docente ou assuntos prosaicos. Todavia, quando é preciso uma opinião especializada, que explique o cotidiano da atividade laboral docente do ponto de vista da ciência ou da academia, temos, em geral, um homem para cumprir esse papel. Assim, a docência feminina cotidiana raramente se reveste de autoridade teórica para explicar esse mesmo cotidiano.

Além das descrições exteriores comuns narradas acima, as reportagens examinadas permitiram a constituição de três categorias de análise: a) as descrições caricatas; b) a ênfase na vocação, na doação e no sacerdócio; e c) questões relativas à materialidade da profissão docente.

Em relação à primeira categoria, o uso de 'descrições caricatas', temos um esforço de várias reportagens em descrever unidades educativas como universos majoritariamente femininos e, por conta disso, cercados por um repertório de situações e argumentos que reforçam a maioria das descrições estereotipadas acerca do feminino. É a professora que chora ante a pressão do aluno, ou a professora carinhosa que o espera com abraços. Há, por conta disso, um conjunto de indicativos que reforçam o vínculo natural da docência com o feminino: benevolência, abnegação, fragilidade.

Criam-se, assim, vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais, para eles; dóceis, relacionais, afetivos, para elas. Em decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros ficam mais identificadas com os corpos e as mentes femininas, ganhando, assim, um lugar inferior na sociedade, quando comparadas às funções tidas como masculinas (VIANNA, 2002, p. 93).

A reportagem 'Sacoleiros do ensino' (NASCIMENTO; RODRIGUES; PINTO, 2001), exemplarmente, lança mão de circunscrições caricatas para mostrar um ambiente composto quase que exclusivamente por mulheres, com direito a 'berros' e 'compras de lingerie'. Parece haver um consenso em relação ao que se espera da mulher-professora: que ela berre quando se vê acuada (!) e que opte por veleidades ao invés de ater-se a temas e discussões mais relevantes. Fica patente certa representação de superficialidade, limitando a descrição das professoras a mulheres com pouco conteúdo para discussões que envolvam temas mais cadentes e profissionais, pois estão mais interessadas em lingoeries do que em livros!

Ainda neste tópico, a docência aparece anedoticamente como falta de alternativa para o universo feminino e, por conseguinte, um subemprego. Na reportagem Educação: 100% LÁ X 48% AQUI (PEREIRA, 2008), há uma confissão associada a uma das participantes da reportagem. Diz textualmente: “Meu sonho era ser engenheira química, e não professora” (PEREIRA, 2008, p. 170) e conclui dizendo que, no país, muitos jovens desejavam seguir outras carreiras, mas que foram compelidos, forçosamente, ao magistério. Guardadas as proporções, é possível expandir a análise para a mulher que ingressou no magistério por falta de opção, por falta de condições objetivas e materiais de seguir outra carreira.

No que concerne à segunda categoria, ocorre, na década em exame, o uso extensivo de elementos ligados à ‘doação’, à ‘vocação’ e ao ‘sacerdócio’ para explicar o contexto laboral da docência. Na reportagem ‘Mestres sem carinho’ (SILVA; RODRIGUES; MORAES, 2002), são relatados contextos de violência, baixos salários, pressões e várias jornadas de trabalho, focando-se no modo como esses contextos incidem sobre a saúde e o professor.

Nela, há o relato pontual de quatro professoras que foram ameaçadas no exercício de suas atividades laborais. Todavia, a reportagem é concluída com um exemplo de heroísmo e superação de uma professora, onde há, textualmente, o seguinte indicativo: “Nem a distância, as classes multisseriadas, na qual alunos de primeira e de quarta série dividem o mesmo espaço, e o embate com a pobreza são capazes de diminuir sua fé. ‘Nada se compara ao prazer de colocar um pouco de sonho e esperança na vida de uma pessoa’”, diz. E finaliza: “É de gente como ela que este país precisa” (SILVA; RODRIGUES; MORAES, 2002).

A partir dessa lógica, as políticas públicas e os investimentos estatais em soluções palpáveis para a educação são secundarizados diante do heroísmo e das iniciativas individuais e de superação.

O ideário da vocação, o ideário do ato de ensinar, entendido como sacerdócio, como missão que considera o professor como aquele que professa, é algo anterior à feminização do magistério. Mas o magistério como profissão feminina é uma síntese mais acabada de todas essas relações pois se constitui numa combinação entre vocação/ ensino/ maternidade/ funções domésticas (HYPOLITO, 1997, p. 57).

Há, assim, uma recorrência a ideias que mistificam o profissionalismo, colocando-o como condição desnecessária ou subsidiária em relação à

vocação. Ser profissional é secundário, mas ter ‘fé’ (adjetivo que liga o universo feminino ao transcendente, ao aspecto religioso e à ênfase na vocação, na doação e no sacerdócio) é essencial.

Já no que concerne à terceira categoria, ou questões relativas à ‘materialidade da profissão docente’, ilustrativamente, podemos acorrer à reportagem ‘ABCD na areia’ (CARVALHO, 2005), que relata o trabalho de uma professora que, contrariando métodos e instrumentos de ensino que não davam conta das necessidades da comunidade, passou a ministrar aulas na praia, para acompanhar o cotidiano dos seus alunos:

A manhã termina, [...] vai agora pegar dois ônibus para voltar a [...], onde dará aula à tarde em uma escola municipal. Ela mora no conjunto habitacional [...] e, para chegar nas escolas onde trabalha, pega oito ônibus por dia. À noite, ainda tem gás para fazer um curso de leitura e prática educativas [...]. Enquanto seus alunos contam que dormem bem cedo para o dia raiar logo e poderem voltar para escola, [...] não vê a hora de chegar em casa e descansar um pouco. Mas o combustível que move essa professora, um exemplo para o ensino público [...], são as borboletinhas que ela tira da escuridão. Dos seus 35 alunos, apenas um precisará de reforço, mas não será reprovado (CARVALHO, 2005).

Neste relato, a falta de zelo para com as condições da materialidade docente parece, contraditoriamente, motivo de orgulho: não é necessário salário digno, condições físicas adequadas, instrumentos ou recursos técnicos, tampouco que haja uma preocupação efetiva com as dificuldades da atividade laboral da professora, dado que enfrenta a rudeza de seu cotidiano impetuosamente, por vocação, dando uma ideia equivocada de que todos os demais docentes que não sacrificarem sua vida pessoal, que não se submeterem a uma sofrível experiência ‘de cabeça erguida’ estão equivocados e, de certo modo, não honram a profissão que buscam empreender.

Alguns autores têm expresso, em suas pesquisas, que há uma relação mais ou menos palpável entre a defasagem de condições objetivas da docência na educação básica (salários, planos de carreira, infraestrutura...) e a presença majoritária da mulher-professora. Em importante revisão de literatura, Tumolo e Fontana apontam que diversos autores têm concebido que

[...] a entrada massiva da mulher no magistério provocou no imaginário social e na constituição profissional da categoria uma crescente desvalorização social e salarial. O vínculo entre a docência, as atividades domésticas e o aspecto vocacional atribuíram ao trabalho docente uma conotação servil e dócil, que o diferenciou das atividades exercidas por outras categorias de trabalhadores (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 161-162).

A ideia relativamente comum de que é preciso 'gostar do que faz' para ser professora remete a uma interpretação de senso comum manifesta em relação às professoras que se colocam de maneira crítica perante as condições laborais. Há, assim, certo ar de dogma que esconde o que de mais machista existe em relação ao tema: a submissão. Professora que se posiciona de maneira crítica em relação à materialidade na qual desenvolve suas atividades ganha, no senso comum, sinônimo de insolente, de profissional que não gosta do que faz, de mulher não submissa às condições contextuais que lhe são dadas para contornar com zelo e reponsabilidade, de ostentar uma postura fálca. Não é o sistema que falha: são as professoras que não se submetem, ou pior, mulheres que não querem 'cumprir' com sua vocação!

Há, ainda, vinculada na categoria de materialidade da profissão docente, um recorte assustador: a violência. Foram selecionadas 15 reportagens sobre essa temática, com dados interessantes: 40% dos agressores são pais de alunos e 60% são os próprios alunos (houve apenas um caso em que a professora foi agredida por seu superior hierárquico). Entretanto, o dado que mais chama atenção é o seguinte: 90% dos relatos de agressões narrados nas 15 reportagens remetem a agressões físicas, verbais e morais contra professoras. É a mulher professora que apanha na rua dos pais dos alunos; é a mulher professora que é agredida verbal e fisicamente pelos próprios alunos. É a mulher professora que é, prioritariamente, achincalhada e ameaçada pela comunidade escolar. O auge comovente da violência a que estão à mercê mulheres professoras toma corpo no relato de tortura registrado na reportagem 'Profissão de risco', veiculado na Revista Isto É, Edição 2064, de 03 de junho de 2009 (PRADO; MAGRO, 2009).

Tal situação reforça os tons sombrios que pintam o quadro das questões de gênero vinculadas ao trabalho docente, pois, de um lado, robustecem a primazia feminina na atividade da docência; de outro lado, indicam uma face ainda mais sombria dessa primazia: a mulher é eleita como alvo preferencial para toda a forma de violência ligada à escola, o que nada mais representa que a materialidade do cotidiano estabelecido em outros âmbitos da sociedade. A mulher está, dada sua condição física e sua posição social, no seu cotidiano pessoal e na escola, mais vulnerável à violência, sendo alvo preferencial das agressões.

Considerações finais

O exame dos produtos midiáticos em questão permite duas conclusões: de um lado, a mulher

professora ainda é descrita por caricaturas e estereótipos, vinculada ao sacerdócio, à vocação e à maternidade e, na pior das hipóteses, à vulnerabilidade física e à frivolidade, como se tais condições fossem definidoras da ligação entre a mulher e a docência, ou pautassem sua experiência profissional. 'Gostar' do que faz ainda é condição para a docência e, por onde podemos caminhar interpretativamente, esta seria a solução primordial para as mazelas da educação.

Por outro lado, a materialidade da profissão docente parece repercutir com mais intensidade nesta mulher caricata e estereotipada: ela apresenta-se como objeto das contingências, fazendo o 'seu melhor' diante de quadros descabidos de abandono da escola – sobretudo da escola pública; ela é também um bom saco de pancadas (figurativa ou literalmente), pois sua natural vocação, dócil e compreensiva, a levará, eventualmente, a perdoar seus agressores, ou, no auge de sua impaciência, lançar seus previsíveis e estridentes gritos histéricos.

Dessa maneira, a pesquisa em tela ganha uma relevância contextual ao buscar a problematização do que parece óbvio, ou da representação que se faz sobre o papel da mulher-professora e todos os condicionantes sociais dessa representação.

Assim, alguns produtos midiáticos nos levam a crer que a falta de condições objetivas – que permeia muitas realidades educacionais – pode ser facilmente contornada pelo sacerdócio feminino. Assim como a violência física e psicológica, parece alocar-se, com mais frequência, na experiência e no corpo da mulher professora. Dessa maneira, a representação sobre as condições laborais da docência é fortemente representada e potencializada pela condição feminina.

Entretanto, alguns produtos midiáticos foram além dos estereótipos e reconheceram a mulher como sujeito histórico capaz de posicionar-se criticamente em relação às circunstâncias materiais que a condicionam em sua atividade laboral. Exemplarmente, foi uma mulher a personagem principal de uma das poucas manifestações circunstanciadas em relação às condições de oferta da educação básica e, por conseguinte, de trabalho docente. A reportagem 'A escola virou um depósito de crianças' - "Professora [...] ganha fama ao enfrentar deputados e expor a situação precária da educação no País" (JORDÃO, 2011) apresenta uma professora como protagonista e autora de um dos manifestos mais intensos e realistas sobre as condições de trabalho docente na educação básica brasileira, ganhando imediatamente *status* de celebridade, em grande medida, por ter a coragem de falar concretamente sobre o cotidiano laboral da docência.

Por fim, cumpre indicar que o texto em tela pretende somar ao debate sobre gênero na constituição da docência na educação básica, colocando-se em uma posição contrária a certa neutralidade ante o tema, pois “[...] um caráter de neutralidade frente a determinados papéis e funções atribuídos à mulher envolveu, historicamente, o destino social desta” (CHAMON, 2005, p. 148), da mesma forma que busca estabelecer as principais representações acerca do binômio mulher/magistério informadas pela mídia.

Referências

- ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 113, p. 167-184, 2001.
- CARVALHO, A. ABC na areia. **Isto É**, Ed. 1886, s/p., dez. 2005. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/15482_ABCD+NA+AREIA>. Acesso em: 21 out. 2015.
- CATANI, D. B.; BUENO, B. A. O.; SOUZA, C. P.; SOUSA, M. C. C. História, memória e autobiografia da pesquisa educacional e na formação. In: CATANI, D. B.; BUENO, B. O.; SOUSA, C. P. (Org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997. p. 13-47.
- CHAMON, M. **Trajetória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ESTEVE, J. M. **O mal estar Docente: a sala de aula e a saúde dos Professores**. São Paulo: Edusc, 1999.
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.
- HYPOLITO, Á. L. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1997.
- JORDÃO, C. “A escola virou um depósito de crianças”. **Isto É**, Ed. 2168, s/p., maio 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/139233_A%20ESCOLA%20VIROU%20UM%20DEPOSITO%20DE%20CRIANCAS>. Acesso em: 21 out. 2015.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 443-481.
- NASCIMENTO, G.; RODRIGUES, J.; PINTO, M. Sacoleiros do ensino. **Isto É**. Ed. 1646, s/p., Abr.2001. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/31686_SACOLEIROS+DO+ENSINO/2>, Acesso em: 21 out. 2015.
- PEREIRA, C. 100% lá, 48% aqui. **Veja**. Ed. 2063, ano 41, n. 21. p. 168-170. jun. 2008. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 21 out. 2015.
- PRADO, A.; MAGRO, M. Profissão de risco. **Isto É**, Ed. 2064, s/p., jun. 2009. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/19688_PROFISSAO+DE+RISCO>. Acesso em: 21 out. 2015.
- SILVA, C.; RODRIGUES, G.; MORAES R.. Mestres sem carinho. **Isto É**, Ed. 1714, s/p., ago. 2002. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/22094_MESTRES+SEM+CARINHO?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>, Acesso em: 21 out. 2015.
- TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação e Sociedade**, v. 29, n. 102, p. 159-180, 2008.
- VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 81-103, 2002.
- VILLELA, H. O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.
- YANNOULAS, S.C.; VALLEJOS, A.L.; LENARDUZZI, Z.V.A. Feminismo e academia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.81, n.199, p. 425-451, 2000.
- ZIBETTI, M. L. T.; PEREIRA, S. R. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educação em Revista**, n. spe2, p. 259-276, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/16.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2015.

Received on March 26, 2015.

Accepted on May 5, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.